



Imperativos Econômicos e Financeiros para "Não Deixar Ninguém para Trás": Papéis para as Comunidades Religiosas

Um Relatório de Política do Fórum Inter-religioso do G20

1 de Agosto de 2024

G20 é amplamente responsável por definir metas e levantar os recursos necessários para enfrentar as mudanças climáticas e a pobreza. Precisamos de melhores políticas globais para se livrar da dívida, aperfeiçoar o sistema tributário, acabar com a pobreza global e curar nosso planeta. — Eric LeCompte, Jubilee USA

Buscando a Liderança do G20

A agenda do G20 de 2024 foca intensamente em questões globais abrangentes de desigualdade e progresso social, bem como em suas implicações econômicas e financeiras. O Fórum Inter-religioso do G20 destaca diversas maneiras pelas quais as redes de comunidades religiosas se envolvem nesses temas, com o objetivo de enriquecer propostas de ação e melhorar o engajamento. Várias redes que fazem parte do FI20, entre elas destacam-se, por estarem ativamente engajadas, Jubilee USA, ACT Alliance e o Escritório de Justiça e Ecologia da Conferência Jesuíta da África e Madagascar. E essa nota baseia-se no trabalho delas. Três tópicos têm importância central nas agendas do FI20 e do G20 em 2024: (a) Ação do G20 sobre fardos insustentáveis de dívida; (b) Garantir financiamento adequado e suficiente para ações prioritárias sobre o clima; e (c) Pressionar por reformas nos regimes fiscais globais. Perspectivas religiosas sobre outros temas pertinentes incluem reformas na governança global, notadamente das principais instituições multilaterais (FMI e bancos de desenvolvimento).

Fardos de Dívidas Insustentáveis

Duas observações refletem a urgência e a relevância do tema: primeiro, os fardos insustentáveis de dívida enfrentados por um grande grupo de países podem, segundo alguns comentaristas, estar no seu pior ponto de todos os tempos; e segundo, o "quadro comum" do G20 desenvolvido para lidar com os fardos de dívida "não está funcionando" como pretendido, e precisa ser reformulado.

Inspirada pelo exemplo do Movimento do Jubileu do ano 2000, uma coalizão de comunidades e organizações religiosas que clamavam por ações urgentes para enfrentar os fardos de dívida dos países mais pobres, aliados contemporâneos agora estão pedindo uma ação ousada e urgente do G20. Com 2025 sendo outro ano de "Jubileu", o chamado moral por justiça das comunidades religiosas representa uma voz poderosa e uma causa comum. As comunidades religiosas têm forças únicas para servir como uma voz moral motivadora, para fazer lobby em todo o país unificadas por valores religiosos compartilhados, para organizar suas redes e avançar as iniciativas financeiras do G20. O custo de oportunidade de não incluí-las nos complexos processos de diálogo em torno dos fardos de dívida globais e nacionais é muito alto.

O desafio dos fardos de dívida, especialmente nas nações mais pobres do mundo, é complexo, mas claramente mapeado. Um relatório recente observa que, quando medido pelo peso do serviço da dívida nos orçamentos, esta é a pior crise de dívida global já registrada. "Em 2024, o serviço da dívida está absorvendo 41,5% das receitas orçamentárias, 41,6% dos gastos e 8,4% do PIB em média, em 144 países em desenvolvimento: números muito superiores aos de antes do alívio proporcionado à América Latina na década de 1980 e aos Países Pobres Altamente Endividados (HIPCs) a partir de 1996." O serviço da dívida excede todos os gastos sociais, sendo 2,7 vezes os gastos com educação, 4,2 vezes com saúde, 11 vezes com proteção social e 54 vezes com adaptação ao clima. A crise afeta 118 países. É uma crise de longo prazo, com altos encargos de serviço e estoque de dívida projetados pelo FMI até meados da década de 2030.

Adiamento temporário do serviço não resolverá o problema.

Os credores que emprestaram fundos são tão diversificados que um alívio significativo da dívida exigirá a participação de detentores de títulos externos, domésticos e multilaterais. O Economista-Chefe do Banco Mundial, Indermit Gill, comentou de forma contundente: "O quadro comum não está funcionando. Se o dinheiro do alívio da dívida estivesse chegando em pequenas quantidades, eu diria que está bem, mas não houve um único dólar de alívio da dívida proveniente do quadro comum." O quadro, elaborado durante a crise da COVID-19, possui diversas fraquezas. Ele avançou a uma velocidade glacial, em parte porque os detentores da dívida mudaram, com grandes partes sendo detidas por credores privados e pela China. Gill concluiu que a falha em criar um quadro de dívida funcional está atrasando o desenvolvimento em anos.

Esta não é a primeira vez que este desafio central de dívida insustentavelmente alta ameaça o desenvolvimento. Em 1999, o FMI introduziu a Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) como uma forma de enfrentar a dívida esmagadora em 23 países. O alívio do serviço da dívida chegou a cerca de US\$ 34 bilhões, mas foi parte de uma abordagem abrangente. O objetivo era, primeiramente, remover a dívida como um obstáculo na luta dos países pobres contra a pobreza, para depois preparar o terreno para que países determinados, apoiados pela comunidade internacional, superassem outros obstáculos para sair da pobreza. Os bancos multilaterais desembolsaram rapidamente alívio financeiro durante a COVID-19, mas esses fundos estão rapidamente se aproximando de prazos de vencimento para reembolso, de maneiras que o crescimento econômico local não consegue acompanhar. A diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, disse que "não há melhor momento para agir, para alcançar níveis sustentáveis de dívida e construir amortecedores mais fortes para lidar com os choques que virão no futuro". As comunidades religiosas oferecem insights tanto sobre a natureza dos fardos da dívida quanto sobre seu impacto prático nas pessoas. A defesa eficaz em níveis nacionais e globais tem um histórico comprovado, tanto ao enquadrar questões financeiras técnicas em termos éticos quanto ao trazer a voz e a experiência das comunidades mais pobres para a discussão.

Financiamento Climático:

A ação climática depende fortemente dos recursos financeiros: seu nível, alocação e implementação eficaz. Negociações detalhadas sobre diferentes aspectos do financiamento climático em diferentes plataformas estão ocorrendo, mas os processos do G20 são centrais para elas. Além disso, o Brasil tem um papel central na definição da ação climática global como anfitrião do G20 em 2024 e, posteriormente, presidindo o BRICS em 2025 e a COP30. Os países devem apresentar novas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) na COP20 em Belém. Além disso, como tem se tornado cada vez mais claro que o clima e o desenvolvimento estão intrinsecamente ligados, o financiamento climático

assumiu um lugar mais proeminente nas agendas do G20. Tanto o track sherpa quanto o track financeiro (Força-Tarefa para a Mobilização Global contra as Mudanças Climáticas) se concentram em aspectos do financiamento climático. O resultado esperado é uma abordagem mais holística, juntamente com responsabilidades mais claras entre os diferentes parceiros.

Redes e coalizões religiosas se envolvem em uma gama diversificada de tópicos de financiamento climático, com graus variados de impacto. Isso ocorre em diferentes níveis, do local ao global, e no contexto de diferentes plataformas. No contexto do G20, a recente defesa de ação por grupos da sociedade civil tem se concentrado particularmente na criação do Fundo de Perdas e Danos, mas também na alocação de recursos em geral. Incentivar os governos a agirem de acordo com a crise climática e responsabilizá-los, aumentar a conscientização pública e das comunidades religiosas sobre as questões climáticas e modelar comportamentos positivos (por exemplo, metas de emissões baseadas na ciência aplicadas a instituições religiosas) são áreas em que as redes inter-religiosas do G20 estão engajadas. Os objetivos incluem construir confiança tanto nas instituições quanto nas metas que, por sua vez, podem apoiar a ação e a alocação de recursos adicionais.

Parceria e colaboração eficaz são chaves para o sucesso e são áreas onde as comunidades religiosas têm potencial para apoiar o progresso. Avançar os objetivos de financiamento sustentável dentro do G20 exige ação coordenada de uma multitude de atores que abrangem ministérios das finanças, bancos centrais, Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs), Bancos Públicos de Desenvolvimento (PDBs) e atores não estatais e da sociedade civil. A colaboração é crucial para alinhar incentivos, impulsionar a inovação em direção ao crescimento econômico e desenvolvimento sustentáveis e, em última instância, aumentar a pressão por uma ação concreta que aborde os desafios ambientais e sociais urgentes.

Tributação

Nas últimas décadas, as grandes desigualdades entre os indivíduos e empresas mais ricos e os cidadãos e entidades legais mais pobres têm atraído cada vez mais atenção. A desigualdade é uma questão global pervasiva que precisa ser abordada de forma multilateral e holística. Os impostos sobre a renda individual são frequentemente a principal fonte de receita do governo. No entanto, em países como Brasil, França, Itália, Reino Unido e Estados Unidos, os indivíduos com patrimônio ultra elevado pagam uma taxa efetiva de imposto inferior à do trabalhador médio. Esse fato contribui para uma capacidade proporcionalmente menor dos governos de pagar seus encargos de dívida. As comunidades de fé são compostas por pessoas de diferentes faixas de tributação que, por meio de convicções compartilhadas, defendem a equidade financeira para superar os argumentos meritocráticos. Assim, por meio de uma lente moral de empatia, doação e prosperidade compartilhada, os atores religiosos têm um papel poderoso a desempenhar na mudança da opinião pública dos mais privilegiados que pagam uma taxa efetiva de imposto inferior à do trabalhador médio.

Os Fluxos Financeiros Ilícitos (FFIs) relacionados a impostos e a concorrência tributária internacional agravam as desigualdades. A tributação é um instrumento essencial para a redistribuição de riqueza entre os cidadãos, a fim de garantir seu bem-estar. Em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, ela pode promover a dignidade humana, a igualdade e a prosperidade, proteger o planeta contra a degradação e fomentar sociedades pacíficas, justas e inclusivas, focadas nas necessidades dos mais pobres e vulneráveis. A ACT Alliance está liderando uma "Conversa sobre Desigualdade", onde profissionais, sociedade civil e representantes da ONU e dos Estados irão explorar o cenário dos abusos fiscais internacionais e as oportunidades à frente, incluindo a negociação de uma Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Tributária.

Em uma reunião no Rio de Janeiro em julho de 2024, ministros das finanças dos países do G20 concordaram com a necessidade de trabalhar juntos para tributar os indivíduos mais ricos do mundo. Os aproximadamente 3.000 bilionários mais ricos do mundo teriam uma cobrança mínima de 2% de imposto, o que poderia desbloquear aproximadamente 250 bilhões de dólares globalmente por ano. O conselheiro

do G20 francês Gabriel Zucman propôs a ideia enquanto reafirmava o respeito pela soberania fiscal que cada país exerce. O Brasil já havia destacado a necessidade de tal redistribuição de renda. Este continua sendo um tópico controverso.

Anexo: Financiamento Climático

Em 2009, os países desenvolvidos concordaram que, até 2020, mobilizariam coletivamente 100 bilhões de dólares por ano para apoiar a ação climática dos países em desenvolvimento. Relatórios da OCDE indicam que essa meta foi alcançada pela primeira vez em 2022 — dois anos após o prazo inicial.

Os negociadores estão trabalhando no desenvolvimento de uma nova meta, mirando mais alto.

Com o Acordo de Paris de 2015, os países estabeleceram um "novo objetivo coletivo quantificado de financiamento climático" (NCQG) para substituir a meta existente de 100 bilhões de dólares por ano. O NCQG deve ser adotado na COP29, no Azerbaijão.

A nova meta de financiamento canalizará mais fundos para ações climáticas urgentemente necessárias em países em desenvolvimento. Ela apoiará a implementação de soluções de baixo carbono e resilientes ao clima em energia, transporte, agricultura e outros sistemas vitais. Ao aumentar o apoio financeiro, deverá permitir que os países em desenvolvimento intensifiquem suas ambições climáticas na próxima rodada de planos climáticos nacionais (NDCs), que devem ser apresentados em 2025.

As deliberações sobre a nova meta têm sido lentas até agora. Os negociadores ainda não chegaram a um consenso sobre questões fundamentais, desde o valor em dólares da meta até quais países devem contribuir.

A meta de 100 bilhões de dólares cobre atividades relacionadas ao clima em duas categorias: mitigação (esforços para reduzir as emissões de gases de efeito estufa) e adaptação (esforços para construir resiliência aos impactos climáticos). Os países continuarão enfrentando perdas e danos devido aos impactos climáticos que já estão ocorrendo. "Perda e dano" refere-se aos impactos que vão além do que as comunidades podem se adaptar, como a perda de casas e vidas durante tempestades severas.